

BATALHA DAS IMAGENS E MEMÓRIAS: gestão política e cultural dos monumentos históricos¹.

Alexandre Fernandes Correa²
Campus UFRJ-Macaé

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Culturais, Imagens, Memórias Políticas.

Neste texto apresentamos em linhas gerais pesquisa realizada acerca da produção de imagens no campo das políticas culturais, enquanto parte integrante de um estudo mais abrangente sobre a gestão das memórias políticas no espaço sócio-histórico contemporâneo³. Procuramos destacar no estudo da política da imagem, suas características semiológicas sobressalentes nos campos empíricos pesquisados. Trata-se de uma breve introdução ao estudo da colonização do imaginário sociopolítico através de imagens históricas, encenadas em equipamentos culturais do tipo museus, monumentos e demais espaços socioculturais urbanos. Analisamos aspectos da montagem do quadro imagético nacional (regionais e locais), pontuando momentos destacados deste processo num largo ciclo de comemorações históricas ativadas no Brasil desde a declaração da Independência em 1822.

Este trabalho iniciou-se nos anos de 1990, quando realizamos pesquisas sobre as comemorações da derrota dos holandeses na Guerra dos Guararapes em Pernambuco (1640), até nossos estudos mais recentes: IV Centenário de São Luís/MA (2012); bicentenário de Macaé/RJ (2013); bicentenário de Nova Friburgo/RJ (2016). Dessas pesquisas publicamos livro, capítulo e artigos em periódicos (CORREA, 2013, 2016, 2020). Todavia, como não pretendemos nos alongar na apresentação, traçaremos aqui um roteiro mais circunscrito.

Uma de nossas hipóteses de trabalho se sustenta na constatação de que as celebrações cívicas e histórico-políticas adquiriram novo patamar, como marco referencial, a partir das comemorações midiáticas espetaculares do Bicentenário de

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020. GT 15- Antropologia, Performances e Patrimônios: saberes insubmissos.

² Professor Associado do Instituto Multidisciplinar de Química e Educação do *Campus* UFRJ-Macaé. E-mail: alexforrea@macae.ufrj.br

³ O resultado mais recente desta pesquisa é resultado de estágio de pós-doutorado realizado no Programa de Pós-graduação em Memória Social / UNIRIO, sob a supervisão do Prof. Dr. Javier Alejandro Lifschitz.

Independência dos Estados Unidos (1976). Incorporam-se também, nesse longo ciclo, outras celebrações nas sociedades atlânticas, como, por exemplo, a celebração histórica da Queda da Bastilha na Revolução Francesa (1989), vindo a culminar com as comemorações da ‘Descoberta’ da América (1992)⁴. No ano de 1992, em particular, apresentamos um trabalho inaugural no Congresso V Solar realizado na Universidade de São Paulo (USP), no qual introduzimos reflexões experimentais para as comemorações espetaculares do “Achamento” ou “Descoberta” do Brasil (2000). No evento citado apresentamos o texto *A Imagem Barroca de uma Civilização Latino-americana* (CORREA, 1992) inaugurando essa longa trajetória de pesquisas e estudos sobre o tema das festas cívicas públicas. Nessa trajetória transitamos pelo debate sobre a imagem barroca, culminando na publicação de *Festim Barroco* (CORREA, 1993).

Agrega-se a esse vasto conjunto histórico estudos sobre o ciclo das celebrações dos Bicentenários da Independência dos países da América Latina, iniciado pelo Haiti. Esse país caribenho foi o primeiro que mais cedo levantou a bandeira da libertação do jugo colonial, incrementado pelos impactos autonomistas da Independência dos Estados Unidos da América em 1776 e da Revolução Francesa de 1789⁵.

Adiantamos que nossa inquietação de base, a sustentar a presente explanação, recai sobre as implicações dos usos de imagens na produção de significados no campo da memória política⁶. Invocamos a expressão “usos de imagens” no sentido da problematização apresentada por José de Souza Martins, quando provoca os cientistas sociais a refletirem para os alcances da imagem para além do uso documental e ilustrativo; devendo-se vasculhar e perscrutar mais além: “Sociólogos e antropólogos precisam de muito mais do que uma foto para compreender o que uma foto contém” (MARTINS, 2008, p. 174).

⁴ Há diversas contestações sobre o termo ‘descoberta’ por ocasião da chegada de Cristóvão Colombo em 1492, que morreu (1506) acreditando ter atracado na Índia. Para os povos indígenas autóctones a data marca o início da ‘invasão’ de suas terras originais pelos povos europeus.

⁵ Há controvérsias historiográficas recentes em relação a influência do pensamento francês e da Revolução de 1789 nos levantes independentistas das colônias americanas contra o absolutismo espanhol. Evidências recolhidas em estudos recentes desacredita essa genealogia intelectual. Ver Alfredo Ávila (2019): <https://www.letraslibres.com/mexico/revista/la-ilustracion-en-la-independencia-una-tradicion-inventada> Acesso 04 nov 2019.

⁶ Sobre a constituição de um campo autônomo da memória política, indicamos as reflexões de Javier Lifschitz no texto *Os agenciamentos da memória política na américa latina* (LIFSCHITZ, 2014).

Partimos dessa provocação para compreender a natureza das deficiências no trabalho de análise da produção não só de conteúdos e imagens, mas também de nossas relações práticas com as novas linguagens e tecnologias. Percebemos as repercussões desse alerta na pesquisa que empreendemos nesses últimos anos, e é o que vamos aprofundar aqui em alguns aspectos. Procurando atingir uma contextualização mais abrangente, para compreensão dos fenômenos reunidos, seguiremos no exame das formas de construção de um percurso de análise semiológico da produção imagética, considerando seus usos políticos e culturais.

Com esse intuito apresentaremos o conceito de imagem, apoiado nos trabalhos de Serge Gruzinsky (1995). Esse conceito foi elaborado a partir de pesquisas do historiador francês sobre a história do México. Em seguida vamos regular o foco de análise em casos específicos, tecendo considerações mais precisas sobre a ordem de problemas que vamos tratar.

Serge Gruzinsky abre seu livro sobre a *Guerra das Imagens* (1995) fazendo referência ao filme *Blade Runner: caçador de androides*, dirigido por Ridley Scott e lançado em circuito comercial em 1982. Os androides do filme são réplicas quase perfeitas de humanos, com curto tempo de vida, criadas para executar tarefas perigosas em astros e ambientes distantes do espaço sideral. Esses replicantes se distinguem do ser humano por características genéticas implantadas, porém alguns deles estão dotados de uma “memória enxertada”. Essa “memória” se apoia em velhas fotografias, falsas lembranças destinadas a inventar e sustentar um passado que jamais existiu.

Gruzinski é um reconhecido historiador especializado em temas latino-americanos, ligado à história das mentalidades. Realizou estudos sobre a imagem mestiça e seu ingresso na modernidade do México. Nos últimos anos realizou investigações sobre o Brasil e o Império português. Este autor considera que guerra das imagens talvez seja um dos maiores acontecimentos da modernidade inaugurada com a Conquista da América. Uma guerra difícil de precisar seu início, pois abarca as lutas pelo poder, temas sociais e culturais, “cuja amplitude atual e futura somos incapazes de medir” (1995, p. 12).

Nesse nosso trabalho recuperaremos algumas definições e conceituações que o autor oferece, nos servindo com mais propriedade como guia para a análise sugerida. Gruzinsky ressalta:

Com o mesmo direito que a palavra e a escrita, a imagem pode ser veículo de todos os poderes e de todas as vivências. (...) O pensamento que desenvolve oferece uma matéria específica, tão densa quanto a escritura ainda que seja irredutível a ela; o que não facilita em nada a tarefa do historiador obrigado a escrever sobre o indizível (1995, p. 13).

Desse modo, nossa análise não seguirá as linhas ortodoxas do pensamento figurativo, nem dos estudos sobre os conteúdos das imagens. O que vamos realizar brevemente é um exame dos programas e das políticas das imagens, e o desenvolvimento das intervenções múltiplas que estão entranhadas nelas ou que antecipam os papéis que assumem numa dada sociedade. Portanto, não se trata de definir abstratamente imagem. Mas, como adianta Gruzinsky, é preciso que se tenha em conta a história dos imaginários, sua globalidade e sua mobilidade. Destarte, não vamos fazer uma descrição sistemática das imagens apresentadas, privilegiando forma ou conteúdo, pois não se quer perder de vista uma realidade imagética que só existe na sua interação entre os elementos de um conjunto semiológico.

De acordo com esses propósitos o que nos interessa é a montagem política das imagens e como se sustenta a fascinação que exercem. São os cenários de festas e celebrações cívicas que oferecem inesgotáveis exemplos cenográficos, em consagrações e altares, grandes rituais, procissões, desfiles, - quando invadem o campo visual, pontuando o espaço urbano -, despejando por avenidas e ruas, com decorações gigantescas, decorações, dispendo de estrados, plataformas, arcos de triunfo, etc. Todo esse complexo festival ganha mais esplendor e encantamento quando se aproxima a efervescência dos períodos eleitorais. É quando se repete o lexema, e bordão midiático, no que atualmente se convencionou designar “a festa da democracia” no Brasil. Como se sabe, esse termo aparece com frequência nas coberturas jornalísticas efetuadas durante períodos eleitorais, quando são realizados diversos programas televisivos consagrando o sufrágio universal e direto no país.

Assim, concordando com as análises de Gruzinsky sobre a realidade mexicana, também consideramos que a forma de fabricação e de encenação da imagem em nossa sociedade segue o modelo Barroco, - no festim de profusão de liturgias - numa continuidade que alastra essa guerra das imagens por mais de cinco séculos, e que no Brasil se inicia com o Triunfo Eucarístico de 1733. Não se trata de fazermos um

inventário desse longo transcorrer de lutas pictóricas, ou iconográficas, mas de enfatizar com o autor citado que a “imagem barroca adota desde sempre uma função unificadora”.

Em países como o nosso em que se encontram populações de diversas origens e entre as quais a alfabetização foi precária e reduzida, o brilho e fascinação da imagem adquire grande importância sociológica. E a fetichização da imagem barroca que se processa nesse contexto opera de duas maneiras: a) na ocultação da produção que gera a riqueza econômica para poucos [exploração do trabalho]; b) ocultamento da origem humana da imagem [adquirindo caráter quase sagrado].

Como consequência direta temos a montagem de um programa iconográfico que se instaura produzindo efeitos políticos evidentes. Sua eficácia simbólica e imagética é de extraordinário alcance, como podemos ver no decorrer do século XX após a II Guerra mundial com o advento da fotografia, do cinema e da televisão.

A imagem política estetizada adquire função retórica retumbante, como veremos em diferentes exemplos. A imagem codifica o sentido e a mensagem, cabe ao semiólogo decifrar esses códigos, sob pena de continuarmos submetidos ao seu feitiço, mistificação e eficácia.

Assim, reafirmamos que não faremos uso de um conceito abstrato de imagem, mas consideraremos a evolução de nossa relação política com a imagem, especialmente a imagem sobre a nação⁷.

Interessa-nos então os usos pessoais e sociais da representação nacional e patriótica que foram e ainda são operados por dispositivos de controle subjacentes e em larga medida ainda inconscientes.

Nosso trabalho, a partir dos exemplos empíricos utilizados na análise, é compreender as articulações múltiplas do imaginário social, dando especial atenção para o princípio de culto das imagens: promoção de um caráter sagrado da imagem, particularmente quando ela avança sobre o espaço social da política.

Nossa questão de fundo é: como analisar o sentido da mudança ou manutenção do uso imposto pela imagem política na atualidade? Neste ponto, percebemos dois polos contrastantes em conflito. De um lado, a) as ressurgências das imagens do passado

⁷ Nessa perspectiva seguimos as reflexões teóricas de Eric Wolf (2003), acerca do conceito de nação considerando especialmente seu texto clássico sobre *A Virgem de Guadalupe: um símbolo nacional mexicano*.

autoritário e ditatorial; de outro, b) os ataques recorrentes aos monumentos, imagens e estátuas, dos vultos da memória política oficial. De que maneira um conceito não abstrato de guerra das imagens, como instância específica da *máquina de guerra semiótica*⁸ (LIFSCHITZ, 2019a, 2019c), pode servir para explicar, ou compreender, as eficácias e falências das memórias enxertadas no campo da memória política? Este é o núcleo do questionamento deste ensaio interpretativo.

Veremos no caso da Ditadura Civil-Militar no Brasil entre os anos de 1964-89, por exemplo, que o triunfo da imagética política se articulava ao um esforço controlado do uso da coerção e da repressão. Desde a conquista do tricampeonato na Copa do Mundo de futebol (1970), as autoridades se dedicaram basicamente em explorar de todas as maneiras possíveis o culto das imagens da vitória, em pleno recrudescimento do regime autoritário, período em que se forjou a expressão: “Pátria de chuteiras!”. Soma-se a isso o culto ao tal “Milagre econômico” de um país que crescia a altas taxas do Produto Interno Bruto (PIB) ao ano⁹. Tudo culmina nas comemorações do Sesquicentenário da Independência realizada com pompa triunfal; quando observamos a imagem do ditador General Ernesto Geisel ser enquadrada em moeda ao lado do Imperador D. Pedro I e outros diversos suportes iconográficos. Nesse ano de 1972 também ocorre evento simbólico de grande repercussão midiática: o traslado dos restos mortais do Imperador de Portugal para o Brasil.

Clifford Geertz nos seus estudos sobre o Estado-Teatro em Bali, escreveu: “O Estado ia buscar a sua força, que era deveras real, às suas energias imaginativas, à sua capacidade semiótica de fazer com que a desigualdade encantasse” (GEERTZ, 1991, p. 156). Com a mesma eficiência técnica e operando com os requintes da magia imagética moderna, os governos militares implantaram um programa articulado com os mesmos objetivos de ocultamento e fascinação. Através desse programa político, ocultavam a intensa exploração do trabalho e exaltavam, com efeitos tecnológicos e design moderno

⁸ “Segundo Deleuze, o regime da máquina de guerra é antes de tudo um regime de emoções, porque o afeto é sempre resistente, enquanto a emoção é descarga rápida de sentimentos. ‘As emoções são projéteis, tanto quanto as armas’” (LIFSCHITZ, 2019, p. 8).

⁹ O PIB brasileiro, a partir de 1968, num período de cinco anos, conhecido como "milagre econômico", o país cresceu a taxas elevadas e sem precedentes. Em 1973, no auge do "milagre", cresceu 14%.

na produção das imagens¹⁰, seus feitos políticos e económicos celebrados em liturgias conectadas aos temas históricos da nação.

Nada pode ser mais adequado para ilustrar essa análise do que uma mirada no processo civilizatório brasileiro desde os tempos coloniais, com a já citada procissão do Triunfo Eucarístico no século XVIII, passando pelo período monárquico, do Estado Novo (Disciplinamento dos desfile carnavalescos das Escolas de Samba no Distrito Federal/RJ) até a Ditadura Civil-Militar de 1964-85. A maquinaria do espetáculo como estratégia de persuasão e encantamento foi utilizada de modo sistemático e é a marca de nossa sociedade neobarroca.

Nessa reflexão sintética não poderemos analisar a totalidade desse sistema semiológico tomando o vasto panorama histórico-cultural referido, mas podemos pontuar seus momentos mais destacados. A partir da observação da profusão de imagens e linguagens em destaque no processo de análise do nosso trabalho semiótico, podemos observar recorrências significativas. É quando trazemos à reflexão a provocação de Roland Barthes na sua Aula de 1978: “a língua, como desempenho de toda linguagem, não é reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer” (BARTHES, 1978, p. 14). Obrigar a dizer, obrigar a ver, obrigar a falar...

Entretanto, podemos, como nos lembra Lifschitz, lançar mão de uma perspectiva analítica para abrir fendas no muro da linguagem. Na perspectiva psicanalítica lacaniana: “a ordem simbólica nunca se totaliza, está sempre habitada por uma brecha da linguagem e esse elemento destabilizador incide na própria teoria. Sempre há uma tensão entre saber e experiência, que não se resolve, e um antagonismo lógico e constitutivo de toda sociedade” (2019b, p. 16).

Considerando essa linha interpretativa a tecnologia das imagens não é neutra, e assim podemos entender melhor a eficácia mágica que certos dispositivos semiológicos produzem quando são utilizados no espaço social, político e cultural. Nos casos aqui analisados, descrevemos polaridades antagônicas que expressam relações e vínculos diferenciados com os programas imagéticos da memória política.

¹⁰ Nesse particular, tem grande destaque a atuação de Aloísio Magalhães (1927- 1982) como designer gráfico brasileiro no período da ditadura civil-militar no Brasil (Lavinias, 2014).

É o que percebemos nas imagens listadas pelos casos empíricos referidos: a) Independência do Brasil – 7 de setembro; b) Sesquicentenário da Independência, usado pela Ditadura Civil-Militar para criar um ufanismo nacionalista que repercute até hoje no Brasil; c) o caso da propaganda na Ditadura – álbuns, logomarcas, conservadorismo, nacionalismo, patriotismo anti-esquerdista; d) o retorno dos símbolos da ditadura nas manifestações de 2014-16 (Vê-se que somos instados a dizer de determinado modo, e não de outro, o que representa o país para nós nacionais); e, e) resistências e ataques aos monumentos históricos da memória oficial, nacional, continental e ibero-americana.

Como foi adiantado, nossa questão de fundo é: como analisar os sentidos da mudança, ou manutenção, dos usos impostos à imagem política na atualidade? A esta questão somamos outra: de que modo se pode inaugurar uma nova fase na construção do imaginário democrático na sociedade brasileira, e latino-americana, ainda excessivamente preso ao fascínio das imagens do poder autoritário e despótico?

Eis o desafio de uma semiologia da imagem política que avance no projeto da ciência emancipadora. Mas esse trabalho não começa agora. Temos sinais de que o tecido social já opera a sublevação dos significados políticos oficiais das imagens, dos monumentos, dos dispositivos de produção imaginária estatal/nacional oficial. Estruturas de sentido atravessam diversos suportes de ação colonizadora que através dos séculos foram disseminados nas sociedades centrais e periféricas.

Testemunhamos o surgimento de enfrentamentos e resistências virulentas a estas estruturas forjadas/implantadas/enxertadas na paisagem urbana, e na arquitetura das cidades brasileiras e ibero-americanas. Esses embates imagético-políticos ocorrem de modo recorrente e crescente em diversos países da região.

Como estamos num momento importante de efervescência do debate sobre as políticas histórico-culturais, não poderíamos deixar de introduzir algumas reflexões sobre a encenação das memórias políticas em monumentos históricos, museus e outros diversos espaços sociais e educacionais onde se operam grandes batalhas da guerra das imagens contemporâneas, invocadas nessa reflexão.

Desse conturbado contexto de enfrentamentos políticos sobressai a pergunta: os monumentos históricos são intocáveis? A maioria dos especialistas e cultuadores do passado são ortodoxos e tomam posição quase canônica. Consideram verdadeiro sacrilégio, ou ato de vandalismo, qualquer “ataque” aos símbolos consagrados e

entronizados nas paisagens urbanas. Entretanto, não é esse o entendimento geral e unânime. Atualmente encontramos entre estudiosos heterodoxos posições dissonantes e divergentes. Observamos por exemplo uma nova atitude em relação a manutenção de nomes de personagens do passado ditatorial, presentes em prédios públicos, ruas, viadutos, avenidas, estradas, etc. Conforme recomendação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), deve haver uma revisão desse processo de homenagens; tema que tem merecido destaque em debates recorrentes¹¹. Em São Luís do Maranhão observamos recentemente um movimento de aplicação das recomendações da CNV, ocorrendo revisões importantes nesse estado da federação (CORREA, 2013). Mas foi um acontecimento mais recente ocorrido em uma grande metrópole brasileira que ganhou grande destaque nacional. Foi o caso do “ataque” ao Monumento às Bandeiras em São Paulo.

Fato que revela como é necessária e urgente a reflexão sobre a ação política e crítica implementada com relação aos monumentos históricos na atualidade, nas relações entre memória histórica, memória política e museus. Por ocasião de uma ação de manifestantes do Grito dos Excluídos, no referido monumento em São Paulo, uma publicação convidou um antropólogo e dois historiadores para responderem algumas perguntas sobre a manifestação ocorrida no monumento (NEXO, 2016). Havia a posição mais conservadora do especialista, de um lado, que considerava o ato um vandalismo inaceitável; uma posição mais intermediária, sugerindo intervenções no espaço do entorno do Monumento, promovendo discussões e ressignificações; e, de outro lado, a posição mais heterodoxa do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro do Museu Nacional (UFRJ) que chegou a divulgar no seu perfil do Twitter: “barbárie é exatamente o que os 'monumentos' comemoram. Aliás, todas as estátuas equestres que ornamentam nossas cidades deveriam ser pichadas (no mínimo)”.

¹¹ As Recomendações da Comissão Nacional da Verdade ao Estado Brasileiro. [28] Preservação da memória das graves violações de direitos humanos: “Com a mesma finalidade de preservação da memória, a CNV propõe a revogação de medidas que, durante o período da ditadura militar, objetivaram homenagear autores das graves violações de direitos humanos. Entre outras, devem ser adotadas medidas visando: a) cassar as honrarias que tenham sido concedidas a agentes públicos ou particulares associados a esse quadro de graves violações, como ocorreu com muitos dos agraciados com a Medalha do Pacificador; b) promover a alteração da denominação de logradouros, vias de transporte, edifícios e instituições públicas de qualquer natureza, sejam federais, estaduais ou municipais, que se refiram a agentes públicos ou a particulares que notoriamente tenham tido comprometimento com a prática de graves violações.” <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Capitulo%2018.pdf>

Para demonstrar que esse debate não se circunscreve a nossa realidade e que vem ocorrendo em outros países do nosso continente, e também na Europa, citamos o caso do “ataque” à estátua do General Franco e das recentes reações às comemorações do 12 de outubro na Espanha, no ano de 2016. Nas imagens produzidas e difundidas pelas diversas mídias encontramos semelhanças que aproximam duas realidades socioculturais diferentes. Os eventos ocorridos no Brasil, desde 2013, assim como os fatos ocorridos recentemente na Espanha, - onde nos últimos anos também tem se dado conturbada movimentação política -, e as mais recentes manifestações na América do Sul, como no Chile, agregam em seu conjunto novos focos na análise acerca do futuro do passado sacralizado e monumentalizado nas nossas sociedades. Com o advento da Pandemia de COVID-19 ocorreu uma paralização desse processo de “ataques” aos monumentos, porém já se pode identificar seu retorno intensificado a partir das reações mundiais ao caso do assassinato do cidadão negro George Floyd. Manifestações ocorrem nesse momento em diversas regiões e cidades do planeta, num movimento cuja a palavra-chave central é: *Black Lives Matter*. Na Inglaterra, manifestantes antirracistas derrubaram a estátua do britânico Edward Colston, e a jogaram no fundo de um antigo porto de navios negreiros em Bristol, estas imagens difundidas pelo mundo reacenderam debates sobre monumentos semelhantes na Europa e nos Estados Unidos¹².

Contudo, o caso espanhol ainda é bastante significativo e de certa forma atinge estruturas históricas ainda mais profundas. Temos a memória da ditadura franquista num polo, e no outro as comemorações oficiais do dia da “Raça”¹³; coincidindo com as comemorações pela “descoberta” da América, em 12 de outubro de 1492.

Em diversos países da América Latina nesta data é comemorado o Dia da Raça, quando oficialmente também se comemora a *Hispanidad* e o Dia de Colombo, em alguns países: Peru, Colômbia, Chile, etc. Porém, cada vez mais se questiona o relato das aventuras de Cristóvão Colombo, que tampouco era espanhol. Existe uma crescente divisão entre os que comemoram o legado do referido explorador europeu (Genovês) e os que o rejeitam por ter dado início ao extermínio e dominação das comunidades

¹² No Brasil manifestantes marcaram pelas redes sociais a derrubada da estátua de *Borba Gato*, bandeirante considerado genocida de indígenas. Contudo, forças policiais municipais passaram a proteger a estátua situada no bairro de Santo Amaro, zona sul da cidade de São Paulo.

¹³ A comemoração do *Dia da Raça* também se encontra em alguns estados da federação, como no Maranhão.

indígenas autóctones. Em muitas cidades dos Estados Unidos, Minneapolis e Seattle, por exemplo, esse dia deixou de ser designado *Columbus Day*, tornando-se Dia dos Indígenas. Na Argentina, a partir de 2010, o '12 de outubro' deixou de ser reconhecido oficialmente como *Dia da Raça*, passando a ser considerado 'ofensivo e discriminatório' o uso dessa expressão. Em decreto assinado pela então presidenta Cristina Fernández de Kirchner, se substituiu essa denominação por *Dia da Diversidade Cultural Americana*. Observamos assim diversos pontos de resistência e crítica política aos significados das datas históricas oficiais em todas as Américas.

Os grupos de oposição ao *establishment*, os movimentos separatistas e independentistas espanhóis, lutam há muitos anos contra o culto da memória do General Franco e do Colonialismo espanhol nas Américas. Investem numa reação política da oposição às comemorações históricas oficiais: num caso, contra o culto do despotismo sanguinário de Franco e, no outro, contra o culto do genocídio dos indígenas nas Américas. Em síntese, as oposições consideram:

O discurso da hispanidad foi muito contaminado pelo franquismo. O 12 de outubro se tornou uma festa "velha", "desatualizada" e "antiga" e não se acredita mais que "levar o Exército para a rua é a melhor maneira de celebrar a irmandade com os países da América Latina". Talvez seja melhor conversar com "os outros países de língua espanhola para encontrar outra maneira de comemorar" e também ter uma maior "aproximação" com as comunidades indígenas. Não aceitamos mais o 'Dia da Raça'. Nessa data, todos os anos, em Barcelona, se reúne o "fascismo mais reacionário". [...] Modernizar a celebração e a festa seria o mais "razoável", transferindo para 6 de dezembro, dia da Constituição, por exemplo... (EUROPA Express, 2016).

Como corolário desse processo de dessacralização das imagens e monumentos da memória oficial colonial nas Américas, registra-se o alcance recente das imagens de ataques e ocupações de monumentos e estátuas nas manifestações chilenas ocorridas no mês de outubro desse ano corrente. Uma imagem em especial ganhou destaque mundial, nos registros de Susana Hidalgo (e de Gabriel Giorgi), quando foi hasteada no topo do monumento central a bandeira do povo autóctone Mapuche. Trata-se da ocupação do monumento histórico existente na Plaza Itália (Blaquedano) em Santiago, ocorrida no dia 25 de outubro de 2019.

Outro grupo de manifestantes chilenos, dessa vez na cidade de La Serena, arrancaram a estátua do conquistador Francisco Aguirre de Menezes presente na Avenida

que carrega seu nome, em homenagem histórica oficial¹⁴. A estátua foi derrubada e no seu lugar foi colocada uma escultura artesanal de Milanka, uma mulher do povo originário indígena *Diaguíta*¹⁵.

As manifestações chilenas continuaram por vários dias e semanas de outubro, avançando no mês de novembro desse mesmo ano. Na Plaza de Armas de Cañete, cidade situada na província de Arauco, na região de Biobío, no Chile - que se encontra a 635 km ao sul de Santiago, capital do país -, foram derrubadas as estátuas dos espanhóis Pedro de Valdivia e de García Hurtado de Mendoza. Várias pessoas atearam fogo no monumento a Bernardo O'Higgins na Plaza de Armas de Los Ángeles (Biobío). Na cidade de Valdivia, o busto do General O'Higgins também sofreu ataques, sendo derrubado ao chão pelos manifestantes. A comunidade mapuche continuou derrubando os símbolos coloniais em outras cidades do país, no decorrer do período.

Esse processo de manifestações e confrontos nas principais cidades do Chile, culminou com uma ação simbólica de forte impacto. Trata-se da decapitação da cabeça da estátua de Pedro de Valdivia, símbolo da conquista espanhola, considerada genocida, posteriormente pendurada nas mãos da estátua de *Caupolicán*, líder do povo *mapuche* no século XVI, quando promoveu uma série de ações de resistência contra os colonizadores. Tal gesto representa a luta dos povos autóctones na guerra das imagens e símbolos entronizados nas paisagens das cidades de diferentes países do continente¹⁶.

No momento de concluir essa reflexão, cabe acrescentar um alerta lançado pelo sociólogo brasileiro Laymert de Sousa Garcia: “(...) A esquerda brasileira nunca ter[ia] feito a crítica de fundo da mídia. E nem da tecnologia. A posição de esquerda de partidos, sindicatos etc. é de que os meios são neutros e tudo depende de quem se apropria dessa técnica e, portanto, quando chegar o momento de a esquerda estar no poder, se faz uma inversão de signos.”¹⁷ Esse é um importante desafio interpretativo. Como operar uma análise que coloque em xeque o próprio veículo, o meio, a mídia, e suas formas e

¹⁴ Francisco de Aguirre de Meneses (1508-1581) “conquistador” espanhol no Chile (1540).

¹⁵ ‘Manifestantes cambiaron estatua de Francisco de Aguirre por una mujer diaguíta en La Serena’: <https://www.mega.cl/noticias/nacional/280244-la-serena-estatua-francisco-de-aguirre-mujer-diaguíta-lanuez.html>

¹⁶ ‘Chile: destrucción de monumentos como protesta contra la historia oficial.’: <https://www.dw.com/es/chile-destrucci%C3%B3n-de-monumentos-como-protesta-contra-la-historia-oficial/a-51202577> Acesso: 12 Nov 2019.

¹⁷ Entrevista do sociólogo Laymert Garcia dos Santos para a revista *Fórum* (REVISTA FÓRUM, 2013).

dispositivos de encenação e colonização dos imaginários? Tal perspectiva se associa àquela inicialmente apresentada com José de Souza Martins, quando provoca os cientistas sociais nos cuidados e no trato com a imagem, pois se “depende do reconhecimento da imagem fotográfica como documento do imaginário social, e não preponderantemente como documento da factualidade social” (2008, p. 174).

Observamos nos exemplos citados que a eficácia mágica dessas imagens é concreta, reaparecendo nas ruas, e ressurgindo de modo significativo nas manifestações políticas dos últimos anos; imagens espectrais que se julgavam mortas e esquecidas¹⁸. No caso das manifestações mais recentes (Brasil, 2015-6) foi consideravelmente inquietante vermos ressurgir imagens e slogans de mais de trinta anos atrás, colonizados há décadas e que testemunhamos produzir ainda efeitos de mobilização de massa; como por exemplo, nas variações do lexema: “ame-o, ou deixe-o”. Fica evidente a eficácia da propaganda do período da ditadura civil-militar, de um modo e alcance jamais esperado.

É necessário vasculharmos nossos arsenais teóricos para compreender como “memórias enxertadas” há décadas ainda podem ser reencenadas mesmo após o período de redemocratização, quando considerávamos ter operado rupturas profundas no imaginário social hegemônico.

Para nós, no âmbito dessas reflexões consideramos que o conceito de “memórias enxertadas” se coaduna as reflexões da chamada “esquerda lacaniana” quando coloca em cena o “ato inaugural”, supondo um sujeito que o institui. Nesse ponto também nos aproximamos do debate sobre “a subjetivação política e suas vicissitudes”¹⁹, perspectiva muito fecunda para o alargamento de nossa compreensão do funcionamento da estrutura das interpelações dos sujeitos políticos na atualidade. De acordo com essa vertente teórica, “o sujeito político não é algo predeterminado, em termos da classe social, lugar nas relações de produção, etc., mas sim um sujeito que emerge da própria singularidade do ato” (LIFSCHITZ, 2019, p. 20)²⁰.

¹⁸ Karl Marx, ‘O 18 Brumário de Louis Bonaparte’ (1869): “A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, para, com este disfarce de velhice vulnerável e esta linguagem emprestada, representar a nova cena da história universal”.

¹⁹ A propósito, esse é o título de um dos capítulos do livro de Žižek *O sujeito espinhoso* (2011).

²⁰ Nesse ponto o autor se refere a alguns atos que considera inaugurais “– como as manifestações de 2013, as ocupações de escolas e o #elenão - na constituição de novos sujeitos políticos” (LIFSCHITZ, 2019c).

Como aponta Lifschitz, no texto de Laclau, “é impossível determinar a priori quem serão os atores hegemônicos nessa luta” (LACLAU, 2013, p. 223). Isso explica então porque a “emergência do sujeito político” sempre surpreende, pois, essa subjetivação se articula sob diferentes coordenadas teórico-políticas. Ainda segundo Laclau, só é possível compreender essa articulação subjetiva considerando as operações de construção de hegemonia (LACLAU, 2013, p. 185). É aqui que nos parece adequado seguir as sugestões de Gruzinsky quando invoca *Blade Runner* e as memórias enxertadas nos replicantes. Como estamos numa nova fase de construção das subjetividades políticas na atualidade, os investimentos no teatro das memórias políticas podem explicar de que forma as emergências políticas, - tanto do lado das forças de manutenção do status quo, como do lado das resistências contra o *stablishment* -, promovem a reificação das estruturas de sentido dominantes, oficiais, autoritárias, ou as formas de resistência contestatórias e insurgentes. Entrementes, tanto num caso como no outro, sujeitos políticos antagônicos, representam articulações subjetivas nos polos em conflito.

Parece que a negligência das análises semiológicas e políticas das imagens e do imaginário social, em relação aos crimes cometidos no período nefasto do autoritarismo militarista, causaram impactos de efeito retardado no tecido social²¹. Além da ausência de análise sobre as novas tecnologias da imagem, que como vimos não é neutra, é preciso aprofundar e ajustar as contas com a violência e terror promovidos no período; da mesma forma que na operação de análise da eficácia dos veículos de propaganda e do próprio meio que emite as mensagens. Sobre este aspecto Laymert Garcia dos Santos destaca na entrevista *Demasiadamente Pós-Humano* ao periódico *Novos Estudos*, n. 72, Julho 2005: “Acho que precisamos, no Brasil, de um estudo aprofundado sobre a questão da tecnologia como fetiche, de como ela é apropriada como uso suntuário e ostentação” (2003, p. 163).

Destarte, com o fim desta reflexão ressaltamos a importância de avançarmos num estudo sobre as possibilidades de uma “política da visão” antifetichista. Trabalho a ser efetivado para além das análises das fotografias e imagens “enxertadas”, avançando para todas as dimensões das violências e terrores submetidos aos governados. Em suma, nos parece que a gestão do teatro das memórias políticas e sociais, no sentido empregado por

²¹ Talvez, como enfoque mais específico pudéssemos nos referir a “memória visual” como um dos enquadramentos sociopolíticos fundamentais do olhar.

Henri-Pierre Jeudy (1990), precisa operar um tratamento terapêutico das heranças e tradições de insurgência.

De nossa parte realizamos trabalho associado as investigações e análises de Gruzinsky, por exemplo, em relação a ficção de *Blade Runner*; na construção de resistências contra a proliferação de andróides replicantes de programas inoculados para ações não-reflexivas, - tais como a que testemunhamos nos últimos anos nas ruas das grandes cidades brasileiras. Episódios que muitas vezes passam por acontecimentos anedóticos, mas para os quais a sua compreensão plena necessita do exercício de análises semiológicas alargadas. Pois, como instigou Jean Baudrillard, com a sua teoria irônica:

Os clones já estão aí, os seres virtuais já estão aí, somos todos replicantes! No sentido que, como *Blade Runner*, já é quase impossível distinguir o comportamento propriamente humano de sua projeção na tela, de seu duplo em imagem e de suas próteses informáticas (2005, p. 156).

Talvez uma política da visão nos ofereça instrumentos para compreender as consequências do alerta da estandarização, ou modelização, do olhar em curso em nossa sociedade. Numa sociedade em que a mídia se concentra em oligarquias poderosas, comprova-se a necessidade da luta contra a manutenção do controle desse poder midiático das empresas emissoras e repetidoras. Todavia, não se pode esquecer, não basta trocar os signos e sinais das mensagens transmitidas, é preciso ir mais além na análise desse poder mágico e reticular:

Quando a modernidade chega ao fim, o homem parece estar perdendo a capacidade de perceber e imaginar, isto é, de produzir as imagens que conferem sentido à sua experiência, parece estar abdicando do exercício da potência da percepção, do “eu posso” do olhar (SANTOS, 2003, p. 180).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUDRILLARD, J. *Tela total: mito-ironias do virtual e da imagem*. Porto Alegre: Sulina. 2005

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix. 1978

CORRÊA, Alexandre Fernandes. *A Imagem Barroca da Civilização Latinoamericana*. In: V SOLAR - Congresso da Sociedade Latino-Americana de Estudos sobre América Latina e Caribe. São Paulo: EDUSP. 1992. v. 1. p. 15-16.

_____. *Festim Barroco: a festa dos prazeres*. São Luís: EDUFMA. 2008

_____. *Teatro das memórias: ensaios sobre ação cultural na atualidade*. São Luís: EDUFMA. 2013

_____. *Bicentenário da independência do Brasil: quais sentidos da “nação” a celebrar?* In, *As ciências humanas e sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano* / Org. Luciana Pavowski F. S. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora. 2019. p. 18-30.

_____. *Batalha das imagens e memórias no bicentenário da nação*. Revista HH Magazine Humanidades em Rede. Disponível: <https://hhmagazine.com.br/batalha-das-imagens-e-memorias-no-bicentenario-da-nacao/> Acesso 19 JUN 2020

GEERTZ, C. *Negara: o Estado-Teatro no Século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand. 1991

GRUZINSKY, Serge. *La guerra de las imágenes: de Cristóbal Colón a “Blade Runner” (1492-2019)*. México DF: Fondo de Cultura Económica. 1995

JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

LACLAU, Ernest. *A razão populista*. São Paulo: Editora Três estrelas, 2013.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. *Sobre as manifestações de junho e suas máscaras*. Revista Dilemas – UFRJ, v. 6, n. 4, 2013.

_____. *Os agenciamentos da memória política na América Latina*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2014. vol. 29 n° 85, p. 145-225.

_____. *Em torno da memória política*. Morpheus: Rio de Janeiro, 2016. v. 9, n. 15. p. 67-82.

_____. *Los espectros de las dictaduras militares en América Latina*. Estudos IberoAmericanos, v. 44, n. 2, p. 340-353, maio/ago. Porto Alegre. 2018a

_____. *O avesso do golpe no Brasil: formas de resistência*. Revista Teoria e Debate, ed. 174, Sociedade. 2018b. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2018/07/11/o-avesso-dogolpe-no-brasil-formas-de-resistencia-e-sujeito-politico/> Acesso em: 28 jul. 2019.

_____. *Brasil, política e vertigem*. e-I@tina, Revista Eletrônica de Estudos Latinoamericanos, v. 17, n. 68, Buenos Aires, jul/set. 2019a

_____. *Atos inaugurais e política na América Latina atual*. Psicanálise & Barroco em revista | Edição Especial: Psicanálise e Política: versões e reversões do mundo e do imundo. 2019b. v.17, n. 02 | outubro.

LAVINAS, Laís Villela. *Um animal político na cultura brasileira: Aloísio Magalhães e o campo do patrimônio cultural no Brasil (anos 1966-1982)*. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em História) – UNIRIO. 2014

MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto. 2008

NEXO. Publicado, 07 Out 2016: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/10/07/Um-antrop%C3%B3logo-e-um-historiador-respondem-a-3-perguntas-sobre-a-tinta-jogada-no-Monumento-%C3%A0s-Bandeiras>

REVISTA FÓRUM. Entrevista “É preciso entender as redes e as ruas”, Edição 127, 22 de outubro 2013: <http://www.revistaforum.com.br/2013/10/20/e-preciso-entender-as-redes-e-as-ruas/>

SANTOS, Laymert Garcia dos. *Polítizar as novas tecnologias*. São Paulo: Ed. 34. 2003

WOLF, Eric. *Antropologia e poder*. São Paulo: Unicamp. 2003